
Editorial

Tornar-se o que se é

Com o verso que dá título a este editorial, o poeta Píndaro (c. 520 - 420 a.C.) fez os gregos entreverem pela primeira vez a clara luz do destino, o inescapável, o essencial. Os helenos compreenderam então que tudo que existe, existe *para algo*: a excelência, a passagem da mera potência para o brilhante ato. “Tornar-se o que se é” corresponde à alta meta do revelar-se a si mesmo por meio do autoconhecimento, obsessão demoníaca que acossou Sócrates em um templo de Delfos e levou seu discípulo mais famoso a propor a teoria da reminiscência, que conclui com o radical abandono da caverna. Somos o que somos – diz o divino Platão –, apenas nos esquecemos disso. A *paideia* grega torna-se assim um trabalho de revelação – de rememoração – que significa recolocação do ser no local que é dele, que é *ele*. Inspirados nesse belo ideal helênico, temos o prazer de iniciar o reencaminhar da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP) ao seu *télos*, ao seu ser essencial, ao seu “coração central que não brinca com palavras, não trafica com sonhos e é intocado pelo tempo, pela alegria, pelas adversidades”.¹

Neste número 102 da RBEP inaugura-se uma nova fase deste prestigioso periódico científico, que acaba de

1. Trecho do poema *Two English Poems, II* de Jorge Luis Borges. No original: “[...] central heart that deals not in words, traffics not with dreams and is untouched by time, by joy, by adversities”.

comemorar seu 55º aniversário, idade que pouquíssimas revistas latino-americanas de ciências sociais alcançaram ou irão alcançar. Retomando a inspiração original de seu criador, Professor Doutor Orlando Magalhães de Carvalho, a RBEP volta a ser um *locus* específico para a discussão das mais importantes questões político-jurídicas de seu tempo, revivendo assim sua vocação reflexiva, crítica e transdisciplinar. Pretendemos abrigar nas páginas da RBEP artigos originais e inéditos relativos ao diálogo – sempre tenso, mas também sempre estimulante – entre o poder, o Estado e a liberdade, conformando uma tríade que perpassa os campos temáticos da Ciência Política, da Economia Política, da Teoria do Direito e do Estado e da Filosofia Social e do Direito, com incursões importantes nas searas da Sociologia, da História e da Antropologia. Para tanto, a revista se renovou dialeticamente, respeitando sua tradição na mesma medida que a quer superar e, assim, mantê-la. Uma nova e moderna diagramação tornou a leitura mais vívida e prazerosa. O Conselho Editorial, com membros de várias e importantes instituições superiores de ensino nacionais e internacionais, foi renovado. A tiragem foi aumentada. E, mais importante, pela primeira vez em 55 anos, a RBEP conta com uma edição virtual, hospedada no sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – <http://www.pos.direito.ufmg.br/revista.asp> –, com o que a revista passa a atingir virtualmente todo o planeta, para além das mais de 1.000 universidades e centros de pesquisa que recebem semestralmente sua versão impressa.

Para comemorarmos este momento de expansão da RBEP, a presente edição foi preparada com especial esmero, contando com quatro artigos na seção internacional e seis outros na seção nacional. O primeiro artigo, da autoria do Professor Doutor Bjarne Melkevik, da Universidade de

Laval (Canadá), discute o atual *status* da Filosofia do Direito, apontando suas grandes questões teóricas e os desafios que deve enfrentar no mundo democrático, demonstrando que a visão tradicional dedicada a essa disciplina – que a entende como simples acessório ou “enfeite” subordinado à dogmática jurídica – é não apenas errônea como também socialmente irresponsável. O segundo artigo, escrito pelo Professor Doutor Carsten Bäcker, da Universidade de Kiel (Alemanha), apresenta uma contribuição original para a teoria do direito contemporânea ao erigir a derrotabilidade como critério distintivo entre regras e princípios, com o que ele pretende transcender certos aspectos problemáticos das já clássicas teorias de Ronald Dworkin e Robert Alexy. A terceira contribuição, devida ao Professor Doutor Jean-Christophe Merle, da Universidade de Saarland (Alemanha), discute alguns conceitos-chave da teoria de John Rawls no que concerne à construção da democracia deliberativa.

O último texto da seção internacional desta edição da RBEP reveste-se de especial importância. Trata-se de trabalho até agora inédito do Professor Doutor Stanley L. Paulson, da Universidade de Washington (Estados Unidos da América). Paulson é hoje reconhecidamente uma das maiores autoridades em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito, e o texto que ora publicamos – *The very idea of legal positivism* – foi a base para sua recente apresentação no 25th IVR World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy, evento ocorrido de 15 a 20 de agosto deste ano em Frankfurt (Alemanha). Como se sabe, trata-se do mais importante encontro acadêmico mundial relativo à Filosofia e Teoria do Direito, tendo sido Paulson um dos principais convidados, que são exatamente aqueles personagens de renome internacional responsáveis pelas *plenary lectures* dos eventos do já centenário *Internationale Vereinigung für*

Rechts- und Sozialphilosophie. Assim, é uma grande honra e privilégio para a RBEP não só publicar o texto inglês original de Paulson em primeira mão, mas também apresentar sua tradução ao português devida ao Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante, integrante de nossa Casa de Afonso Pena, a quem agradecemos de modo especial. Aliás, é política editorial da atual direção da RBEP publicar as colaborações internacionais sempre em versão bilíngue – como ocorre com os artigos de Melkevik e Paulson –, com o que objetivamos conferir maior utilidade e visibilidade à revista tanto no Brasil quanto em outros países que não têm o português como língua-mãe. Contudo, em certas ocasiões tal não é possível, como nos casos dos artigos de Bäcker e Merle, em relação aos quais já existiam compromissos editoriais que tornaram impossível a veiculação dos originais em inglês.

A seção nacional da RBEP se inicia com artigo de minha autoria na qual discuto criticamente a noção de teologia política pensada por Hans Kelsen e Carl Schmitt para, com o auxílio das teorias do símbolo político de Claude Lefort e da estrutura funcional pensada por Ernst Cassirer, revelar o pano de fundo conservador e autoritário que informa alguns dos principais institutos do Direito Público contemporâneo, que nada mais são do que construtos teológicos *aparentemente* secularizados. Em seguida, o Professor Doutor Atahualpa Fernandez, docente brasileiro atualmente ligado à Universidade das Ilhas Baleares (Espanha), propõe uma ousada reconstrução da hermenêutica jurídica a partir da compreensão oferecida pelas atuais ciências da mente, posicionando-se criticamente contra a corrente dominante de matriz gadameriana e pretendendo um avanço do pensar jurídico-interpretativo em conjunto com a neurociência cognitiva. O terceiro artigo, do Professor Doutor Dimitri Dimoulis, da Escola de Direito de São Paulo da Fundação

Getúlio Vargas, apresenta uma profunda – e polêmica – reflexão sobre o papel da teoria jurídica juspositivista no que concerne à prática diuturna dos Tribunais, com o que critica certos postulados jusmoralistas e traz para o debate problemas como a judicialização da política e o controle da discricionariedade jurisdicional. Na sequência, o Professor Doutor Eduardo Meira Zauli, do curso de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, discute o papel da Justiça Eleitoral nas eleições brasileiras, descrevendo o modelo de governança eleitoral adotado em nosso país, o qual leva a uma judicialização dos pleitos eleitorais na busca da consolidação da democracia deliberativa. No quinto artigo da seção nacional da RBEP, o Professor Doutor Roberto Baptista Dias da Silva, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e o Doutorando Lucas Catib De Laurentiis, ligado à Universidade de São Paulo, apresentam uma breve reflexão sobre a obra política de Maquiavel, nela antevendo a origem do nosso pensar político, marcado pelos signos do realismo e do humanismo. Por fim, fechando com chave de ouro esta edição da RBEP, o Professor Doutor Onofre Alves Batista Júnior, integrante desta Vetusta Casa, discorre sobre as guerras fiscais que dilaceraram nossa federação, entendendo tal fenômeno particular como consequência daquele processo mais amplo descrito por Zigmund Bauman como uma espécie de liquefação do capital internacional, circunstância própria da modernidade em que sobrevivemos, na qual a esfera governamental fragiliza-se e acaba sequestrada – ou raptada? – pelo capital internacional apátrida e amoral.

Por fim, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos, eis que todo grande projeto, por sua própria natureza, só pode ser coletivo. Antes de mais, aos diretores da RBEP que nos antecederam na faina de manter, defender e cuidar

da revista, uma das verdadeiras instituições culturais que honram nossa Universidade no cenário nacional e internacional. Agradecimentos especiais devem ser rendidos à direção da Faculdade de Direito da UFMG, na pessoa da Professora Doutora Amanda Flávio de Oliveira, bem como à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, na pessoa do Professor Doutor Giordano Bruno Soares Roberto, que tudo fizeram para tornar exequível a presente retomada do ambicioso projeto de internacionalização e de consolidação nacional da RBEP. Sem o decidido apoio da Direção da Faculdade e da Coordenação da Pós-Graduação, nada do que foi feito teria sido possível, razão pela qual continuamos contando sempre com tal auxílio nesta empreitada que está apenas começando, e muito deve também aos dignos integrantes do nosso renovado Conselho Editorial, dos quais “usamos e abusamos” nos dois últimos meses para colocarmos em dia a periodicidade da RBEP, objetivo felizmente alcançado com a próxima publicação, em março de 2012, do número 103 da revista. Assim, agradecemos aos conselheiros-pareceristas que prontamente responderam ao chamado da RBEP – muitas vezes difícil e trabalhoso, mas profundamente republicano – para nos auxiliar a dar forma aos novos tempos que vemos consurgir na Faculdade de Direito da UFMG.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2011.

Professor Doutor Andityas Soares de Moura Costa Matos
Diretor da Revista Brasileira de Estudos Políticos